



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

AMANDA FREIRE DE LIMA

**LEVANTAMENTO HISTÓRICO E SOCIOECONÔMICO DO
ASSENTAMENTO CÍCERO ROMANA I NO MUNICÍPIO DE
ESPERANÇA - PB**

**CAMPINA GRANDE-PB
2017**

AMANDA FREIRE DE LIMA

**LEVANTAMENTO HISTÓRICO E SOCIOECONÔMICO DO
ASSENTAMENTO CÍCERO ROMANA I NO MUNICÍPIO DE
ESPERANÇA - PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do Grau de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Dr^a Aretuza Candeia de Melo

Campina Grande-PB
2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L732l Lima, Amanda Freire de
Levantamento histórico e socioeconômico do assentamento
Cícero Romana no município de Esperança-PB [manuscrito] /
Amanda Freire de Lima. - 2017.
30 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.
"Orientação: Prof. Dr. Aretuza Candeia de Melo,
Departamento de Geografia".

1. Reforma agrária 2. Assentamento 3. Socioeconômico I.
Título.

21. ed. CDD 333.31

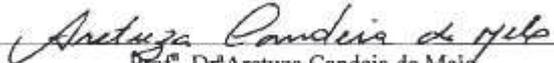
AMANDA FREIRE DE LIMA

**LEVANTAMENTO HISTÓRICO E SOCIOECONÔMICO DO
ASSENTAMENTO CÍCERO ROMANA I NO MUNICÍPIO DE
ESPERANÇA – PB**

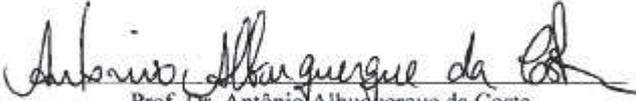
Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do Grau de Licenciado em Geografia.

Aprovada em 09 de agosto de 2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr.ª Aretuza Candeia de Melo

Orientador


Prof. Dr. Antônio Albuquerque da Costa

1º Examinador


Prof. Ms. Maria Juliana Leopoldina Vilar

2º Examinador

Aos milhares de brasileiros, que acredita em um Brasil melhor, e em uma Reforma Agrária mais justa e eficaz.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer em primeiro lugar a *Deus* pelo dom da vida, e por ter mim dado força para conseguir meus sonhos.

A todos da *família Marcolino*, em especial a minha amada mãe *Janeide Freire de Melo*, por ser uma mãe espetacular, que sempre me apoio em todas as decisões e este sempre ao meu lado em toda a minha caminhada.

A meus avos *Luiz Marcolino de Melo* (em memória) que sempre foi um exemplo de homem e de pai, que sei que onde esteja esta muito feliz por mais uma vitória. A minha linda vizinha *Maria do Desterro Freire de Melo*, que também esteve presente em toda minha vida, cuidando de mim com todo carinho e dedicação aos dois por ser um exemplo para toda a vida, pessoas impar.

As minhas amadas tias *Janete Marcolino de Melo*, *Genilda Marcolino Gomes* e *Josélia Marcolino de Melo*, que sempre foram mais que tias, são minha amigas e companheira de toda a vida, quero agradecer muito por todo o amor que sempre me deram e a dedicação na minha formação acadêmica.

A o meu fiel escudeiro meu marido *Talles Renan Almeida de Araújo*, por todo o amor, dedicação e paciência que teve comigo em toda a minha luta e por ser um exemplo de honestidade e companheirismo.

Aos meus primos *Priscila Sirley Gomes*, *Anderson Nelson Gomes*, *Bruno Gustavo Marcolino Gomes*, *Luiza Emily de Melo Andrade*, por todo amor e companheirismo.

As minhas irmãs *Aline Freire Martins* e *Tais Alves de Lima*, por todo o amor e carinho.

A minha querida professora-orientadora *Dr^a Aretuza Candeia de Melo*, que antes de qualquer coisa foi uma grande amiga, quero agradecer pelo tempo que dedicou a minha orientação e por tudo que ensinou durante toda a minha caminhada acadêmica.

A *Universidade Estadual da Paraíba*, Centro de Educação, e todos que tiveram alguma participação em minha caminhada, em especial a pessoal do departamento de geografia, principalmente a Jarbas que com boas conversas durante seus serviços.

Aos professores *Hélio*, *Maria Juliana*, *Rafael*, *Daniel Campos*, *Marília* e *Leideian*, pois além da dedicação com a educação me ajudaram muito na minha conquista. Agradeço de coração.

As minhas queridas amigas do coração *Maria Osmana Lima Cunha* (Índia), *Byanka Clemente de Souza* (Bih) que estiveram presente em toda minha vida universitária, que me ajudaram muito e foram grandes amigas que levarei para toda vida.

A *Deyza Nathalia Pereira de Souza*, *Vanuza Marcelino Paz* e *Sanale Constantino de Araújo*, que são grandes amiga que a UEPB me deu, muito obrigada pelo companheirismo e amizade.

Quero agradecer em particular ao querido *Seu Alcides* (motorista do ônibus dos estudantes) que me levou para a universidade durante quatro anos e meio.

A todos meu muito obrigada!!!

RESUMO

LIMA, A. F. Levantamento Histórico e Socioeconômico do Assentamento Cícero Romana I no Município de Esperança – PB. *Monografia de Graduação*. Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande-PB: UEPB, 2017. 30p.

É necessário que os procedimentos hoje destinados aos Projetos de Reforma Agrária tenham alternativas viáveis socialmente e economicamente no âmbito do espaço geográfico demarcado para tal finalidade, caso contrário os assentados camponeses que dependem dessas áreas para viver, terão suas dificuldades ampliadas para adequar seus lotes aos padrões preconizados pela agricultura e pecuária de subsistência, conforme as determinações do INCRA – órgão responsável por estas áreas. No entanto, o Assentamento Cícero Romana I no Município de Esperança – PB apresenta um conjunto de ações governamentais segmentadas pelo INCRA que orienta a redistribuição da estrutura fundiária da localidade, numa perspectiva processual de uso da terra que busca ocasionar e assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, técnicos, culturais, econômicos e de reordenação do território estudado. O objetivo central deste trabalho foi o de realizar um levantamento da história do assentamento por meio da história oral, com aporte de documentos e trabalhos existentes sobre o referido espaço estudado, como identificar a realidade do local fomento na dinâmica socioeconômica através da utilização método fenomenológico-qualitativo, por meio da pesquisa *in loco*, na modalidade direta. Nos resultados discorre que o mesmo apresenta uma área de 2.001 ha, no qual foram divididas em 52 lotes, no qual residem 52 famílias de sem terra que nela vivem, trabalham e retiram em parte o sustento familiar, o qual foi instituído com a desapropriação das propriedades Lagoa do Sapo, Lagoa das Cinzas, Junco e Timbaúba, no ano de 2000. Neste foi realizado um levantamento histórico e socioeconômico dos assentados, cuja finalidade foi buscar melhor conhecer a realidade da população que habita este território. Com a realização desta pesquisa foi possível obter várias informações relevantes, uma das informações mais importantes foi que o INCRA não cumpre totalmente o seu papel em quanto Órgão Regulador.

Palavras chaves: Reforma Agrária. Agricultura. Assentamento. Rural. Socioeconômico.

ABSTRACT

LIMA, A. F. Historical and Socioeconomic Survey of the Cícero Romana I settlement in the Municipality of Esperança - PB. *Graduation Monograph*. Full Degree in Geography of the State University of Paraíba. Campina Grande-PB: UEPB, 2017. 30p.

It is necessary that the procedures currently destined to the Agrarian Reform Projects have socially and economically viable alternatives within the geographic space demarcated for this purpose, otherwise the settlers who depend on these areas to live will have their difficulties extended to adapt their lots to the standards Recommended by the subsistence agriculture and livestock, according to the determinations of INCRA - the body responsible for these areas. However, the Cícero Romana I settlement in the Municipality of Esperança - PB presents a set of governmental actions segmented by INCRA that guides the redistribution of the land structure of the locality, in a processual land use perspective that seeks to bring about and ensure improvements in social gains, Political, technical, cultural, economic and reordering of the studied territory. The main objective of this work was to carry out a survey of the history of the settlement through oral history, with the contribution of existing documents and works on the aforementioned space, how to identify the reality of the local development in the socioeconomic dynamics through the use of phenomenological- Qualitative, through the in loco research, in the direct modality. The results show that it has an area of 2,001 ha, divided into 52 lots, in which 52 families of landless people live, work and partially withhold family support, which was established with the expropriation of Lagoa das Cinzas, Junco and Timbaúba, in the year 2000. This was a historical and socioeconomic survey of the settlers, whose purpose was to seek better to know the reality of the population that inhabits this territory. With the accomplishment of this research it was possible to obtain several relevant information, one of the most important information was that INCRA does not fully fulfill its role as Regulatory Body.

Keywords: Agrarian Reform. It grows. Settlement. Rural. Socioeconomic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
1.1 Reforma Agrária.....	10
1.2 Movimento dos Trabalhadores Rurais dos Sem Terras.....	12
1.3 Assentamentos Rurais.....	15
2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: aspectos locacionais e físicos	18
2.1 Localização Geográfica.....	18
2.2 Aspectos Físicos.....	18
3. LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DO ASSENTAMENTO CÍCERO ROMANA I NO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA – PB	20
3.1 Processo Histórico e Populacional	20
3.2 Perfil Socioeconômico e Cultural.....	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	28
APÊNDICE	

INTRODUÇÃO

A reforma agrária pode ser entendida como um movimento social o qual tem como objetivo proporcionar a redistribuição das propriedades rurais, ou seja, efetuar a distribuição da terra para a realização de sua função social. Oliveira (2007) diz que a mesma é um conjunto de ações governamentais que orienta a redistribuição da estrutura fundiária de um país ou região.

Segundo o autor acima o mesmo relata que esse processo de uso da terra ocasiona assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, técnicos, culturais, econômicos e de reordenação do território. Para buscar compreender expressivamente este termo - Reforma Agrária, seria necessário justificar o processo de a redistribuição mais justa da terra, por meio das políticas sociais e inerentes à própria reforma agrária. Este Movimento tem como objetivo ir além da reforma agrária, como também é o principal tema das discussões sobre as transformações sociais rurais referentes ao Brasil agrário, principalmente aquelas no tocante à inclusão social e territorial.

No entanto, no trabalho em questão foi destacada a história do assentamento e a dinâmica socioeconômica, cuja finalidade seria a de buscar melhor conhecer a realidade da população neste território inserido, no qual foi intitulado “Levantamento Histórico e Socioeconômico do Assentamento Cícero Romana I no Município de Esperança – PB”.

Neste foi realizado o levantamento especificadamente do Assentamento Cícero Romana I, o qual está situado no município de Esperança-PB, que se encontra no Planalto da Borborema na Mesorregião do Agreste Paraibano. O trabalho teve como objetivo resgatar a história do assentamento por meio da história oral e dos documentos e trabalhos existentes sobre este referido espaço, como também identificar a realidade do assentamento fomenta na dinâmica socioeconômica por meio da utilização método fenomenológico-qualitativo, por meio da pesquisa *in loco*, na modalidade da pesquisa direta.

A escolha desta temática se justifica pela necessidade de aprimorar os conhecimentos acerca do processo de Reforma Agrária na região do compartimento da Borborema, em especial do município de Esperança-PB. A abordagem aplicada neste trabalho foi o fenomenológico, pois neste o sujeito é quem descreve o objeto e suas relações a partir do seu ponto de vista, depois de se apropriar intelectualmente da realidade construída a partir das relações sociais do âmbito local.

Este trabalho apresenta-se estruturado em três partes. Na primeira foi desenvolvida uma revisão de literatura na qual se encontra descrita como Fundamentação Teórica, esta se

subdividiu-se em Reforma Agrária, Movimento dos Trabalhadores Rurais dos Sem Terras e Assentamentos Rurais. Na segunda parte foi realizada a Caracterização da Área de Estudo, nesta foi explorada os aspectos locacionais e físicos do assentamento. E com relação à última parte, houve a realização de um levantamento socioeconômico e cultural do assentamento Cícero Romana I no município de esperança – PB, por meio seguindo da apresentação do perfil histórico, socioeconômico e cultural, cuja finalidade foi explorar a realidade do assentamento estudado, através de um levantamento.

Para a execução deste estudo foi realizada uma pesquisa exploratória de campo, por meio de uma visita *in loco*, a fim de entender as relações históricas, socioeconômica e cultural no território, no qual foi realizada a aplicação de questionários (semiestruturados) a fim de obter os dados necessários para este trabalho, por meio de conversas informais. Uma pesquisa dessa natureza, conforme Bassey 2003 (*apud* ANDRÉ, 2005, p.51) considera que há três grandes métodos de coleta de dados nos fenomenológicos:

- Fazer perguntas (e ouvir atentamente);
- Observar eventos (e prestar atenção nos circunstância mais adequadas em que ocorre o evento);
- E ler documentos, neste caso documentos oficiais sobre a realidade vivenciada pela comunidade em estudo.

O questionário utilizado foi elaborado de forma semiestrutura, onde foi aplicado no dia 09 de marco de 2017, de um total de 100% dos assentados, foi aplicado a 43% da população do assentamento. Neste constava perguntas abertas e fechadas de forma direta, num total de dezesseis questões, incluindo perguntas diversificadas desde o historio, questões socioeconômicas, produtivas, culturais, além da atuação dos órgãos competentes nas áreas de assentamentos rurais do MST.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Reforma Agrária

Para abordar a questão da Reforma Agrária, se faz necessário inicialmente fomentar a sua definição, como também apresentar alguns dos seus aspectos mais relevantes, tais como reforma agrária, sem terra, organização do movimento, posse da terra, os assentamentos e as políticas voltadas para a mesma. Conforme este fundamento buscou discutir algumas das principais noções construídas a partir da reforma agrária como uma temática socioterritorial, sob a perspectiva do Movimento Social dos Sem Terra.

Este tem por objetivo apresentar conceitos referentes à forma de apropriação da terra, embasado por diferentes estudiosos e especialistas no assunto que estão no epicentro deste assunto, sem a pretensão de esgotá-lo aqui. De acordo com França & Sparovek (2005) a reforma agrária é uma terminologia usada para a descrição de processos específicos que buscam a acessibilidade à posse da terra.

Além disso, para compreender a questão da reforma agrária, Oliveira (2007) diz que a mesma é um conjunto de ações governamentais que orienta a redistribuição da estrutura fundiária de um país ou região. Segundo o autor, esse processo de uso da terra ocasiona assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, técnicos, culturais, econômicos e de reordenação do território. Para buscar compreender expressivamente este termo - reforma agrária, seria necessário justificar o processo de a redistribuição mais justa da terra, por meio das políticas sociais e inerentes à própria reforma agrária.

Alicerçando-se nos estudos de Marx (1985), o primeiro conceito de reforma agrária instituído no Brasil poderia ser caracterizado como aquela reforma do tipo clássico, que foi elaborada pelas burguesias industriais no final do século XIX até meados do século XX, logo depois da II Guerra Mundial. É do tipo da reforma clássica - capitalista. O objetivo principal desta era democratizar a propriedade da terra, distribuindo a terra para os agricultores e os transformando em pequenos produtores autônomos. Essas reformas agrárias capitalistas clássicas tiveram três características fundamentais, segundo Oliveira (2003, p. 118):

- 1) foram feitas de forma massiva, ou seja, atingiram a todas as grandes propriedades do país;
- 2) em alguns lugares impuseram inclusive tamanho máximo da propriedade;
- 3) foram rápidas, em um ou dois anos se realizaram.

Esse modelo de reforma agrária atacava unicamente a estrutura da propriedade da terra. Mas foi extremamente eficiente, para aquela etapa do capitalismo, e em todos os países

em que foi aplicada produziu um enorme efeito multiplicador, fomentando um acelerado processo de desenvolvimento industrial. Assim, para Fernandes (2001) “a reforma agrária é uma política econômica territorial que serve para minimizar a questão agrária”.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-PB), "considera como reforma agrária o conjunto de medidas que visem a promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (BRASIL / ESTATUTO DA TERRA, art. 1º, § 1º - BRASIL, 1964).

Como mencionado acima pelo INCRA, a reforma agrária se faz necessária devido a distribuição de terras no país ser desigual, deixando assim uma grande porção de terra nas mãos de poucos, mais isso vem ocorrendo desde o período Colonial, quando as terras do Brasil foram divididas em capitânicas hereditárias. Liberato (2003) relata que o problema da questão da reforma agrária e seus conflitos teve início na colonização portuguesa no Brasil, ocasionado pela forma de exploração tanto dos homens como da própria terra, por meio da implantação de grandes latifúndios com monoculturas oriundas do processo histórico econômico-social, gerando desta forma a concentração de renda e poder.

Para França & Sparovek (2005) a reforma agrária deve estar voltada tanto para a democratização do acesso a terra, por parte do trabalhador rural, como o da orientação do que produzir, de como produzir e do destino que deve ser dado à produção. Ela deve atingir tanto as formas quanto as funções da produção na organização do espaço geográfico, por meio de uma regionalização. Para o autor supra citado, a reforma agrária deve ser feita de forma regional, tendo em vista suas especificidades culturais, principalmente no que se refere às diferenças culturais das pessoas do campo brasileiro, para assim desenvolver programas específicos para cada lugar.

A reforma agrária também possui um sentido econômico, pois se a produção familiar for incentivada pelo Estado ela pode, por exemplo, fortalecer o mercado interno, por meio da produção de alimentos com baixo custo e a inclusão econômica e social de milhares de famílias. Dessa maneira, é visível que o Brasil possui uma massa de produtores familiares e trabalhadores rurais sem-terra, que se tiverem o acesso a terra e o apoio e incentivo do governo, podem ter condições de produzir de maneira viável.

Assim, é notória a urgência e a necessidade de uma reforma agrária para potencializar a capacidade produtiva dos pequenos produtores e agricultores sem-terra, incluindo na economia uma massa de excluídos do mercado de trabalho, gerando assim, produtores viáveis e consumidores com maior capacidade de consumo no mercado, e sujeitos políticos com maior representação na sociedade (MIRALHA, 2006, P. 170).

Eliano Sérgio Azevedo Lopes, professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS), no seu trabalho intitulado “A Reforma Agrária no Brasil: um velho problema, esperando uma solução que nunca chega”, disserta que:

A reforma agrária deve ser regionalizada, no sentido de contemplar diferentes formatos e arranjos na distribuição da terra aos trabalhadores rurais, bem como ter flexibilidade para que a organização da produção e dos assentados nos projetos reflitam as condições econômicas, sociais, o nível de consciência política de que são portadores e a importância da organização associativa na construção do futuro (LOPES, 2012, p. 27).

“A reforma agrária é uma medida necessária para o desenvolvimento da agricultura e o resgate da cidadania para milhares de agricultores que foram , expulsos da terra, os quais se tornaram excluídos do processo produtivo das grandes cidade” (DAVID, 2008, p.17). Já para Furtado (1998), a reforma agrária desempenha um papel estratégico para o desenvolvimento econômico, social e sustentável, de uma população. A reforma agrária enquanto reordenamento da estrutura fundiária do país deve ter em vista “a valorização humana do trabalhador e o aumento da produção, mediante a utilização racional da propriedade agrícola e de técnica apropriada ao melhoramento da condição humana da população rural” (FURTADO, 1998, p. 69).

1.2 Movimento dos Trabalhadores Rurais dos Sem Terras

O conceito de movimento social pode ser entendido como uma ação coletiva de um grupo organizado, que tem como objetivo alcançar mudanças sociais por meio do embate político, conforme os valores e ideologias de uma determinada sociedade e de um contexto específico, estes movimentos podem objetivar a transformação e a trajetória do seu grupo ou classe social.

Os movimentos sociais (M.S) são construídos por aspectos sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, nas quais se politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil, se estruturando a partir de repertórios criados sobre problemas em situações de conflitos, litígios e disputas.

Cujo objetivo é desenvolver um processo social e político-cultural, nos quais criam-se uma identidade coletiva relativo a um determinado movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN,1995, p.44).

Os movimentos sociais tem uma estrutura organizada e participativa, possui temporalidade própria, bem definida, com uma forma significativa pela sua ação, frente ao

sistema de relações históricas e desenvolvem-se de forma multilateral. No espaço, decorrendo do desenvolvimento desigual e da tomada de consciência dessa desigualdade, da organização e economia de um determinado local, região, país ou países. Estes movimentos exercem efeitos e grandes impactos sociais específicos sobre o sistema o qual combatem (CALDERÓN, e JELIN, 1987). Os autores referenciados, a mudança social, ou seja, é uma probabilidade de superação das diferenças e condições sociais e a busca de uma construção de uma nova forma de sociedade.

Para entender os movimentos sociais é preciso buscar compreender a construção histórica do mesmo, tendo em vista que isto não é uma ideia recente, pois desde o surgimento da sociedade já havia uma série de movimentos, normas e regras existentes. Como na antiguidade onde se destacava o movimento de escravos e religiosos, já na baixa idade média, surgiam os movimentos camponeses, servis e operários, e ainda foi surgindo uma série de outros movimentos que até a atualidade se destaca (movimentos sindicais, rurais, urbanos entre outros).

A história nos mostra que os movimentos sociais junto dos populares, estiveram sempre presente nas sociedades, e por isto, passou a ser entendido como um dos fatores do processo de mudança. Diante disto, Antônio Gramsci, pensador italiano teórico do marxismo, enfatiza: “a necessidade da formação do intelectual orgânico, ou seja, o intelectual ligado a sua classe e capaz de elaborar coerente e criticamente a experiência proletária” (GRAMSCI apud ARANHA, 1992, p. 165).

Um dos movimentos sociais aqui abordado é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que tem como marco a luta pela terra; que segundo Fernandes (2001) o MST tem seu período de criação entre os anos de 1979 a 1985, aprovando uma fase em, que o Regime Militar, começava a se deteriorar, e a experiência adquirida pela luta camponesa das décadas de 1950, 1960 e 1970.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido como Movimento dos Sem Terra ou MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Estado do Paraná. Hoje, o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos nesse Encontro de 84 e reafirmados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores (FERNANDES, 2000, p. 75).

Na atualidade este movimento passou a ser a maior expressão política da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil. O MST se destaca devido ao alcance expressivo na sua atuação, a qual se manifesta em discursos, notas públicas, entrevistas e demais estratégias, que se propagam no cenário público nacional, como também por ações diretas em que a pauta de denúncia e contestação ao agronegócio se pronuncia. O MST tem como uma das características viabilizar a organização da população para lutas de diversas formas, em busca de suas ideias, assim promover uma Reforma Agrária consistente e eficaz. Bertolini & Carneiro destacam que:

Se por um lado à luta pela terra além de ser louvável é legítima, por outro, os meios praticados pelo movimento para promover suas invasões em alguns determinados casos geram muita polêmica na opinião pública. Em determinados episódios que repercutiram nacionalmente, o movimento foi acusado de ter pautado pela violência, além de ter permeando suas ações pela esfera da ilegalidade, tanto ao invadir propriedades que, segundo o Estado, eram produtivas, como ao ter alguns de seus militantes envolvidos em depredações, incêndios, roubos e violência contra colonos dessas fazendas.

Destacando a multiplicidade de atores sociais, própria, sobretudo da realidade brasileira, os movimentos sociais rurais dos sem terra reúnem diversas posições, objetivos e interesses, pronunciam resistências políticas e ideológicas no seu próprio interior. Apesar das dificuldades em contornar problemas de ordem financeira, ideológica e política no âmbito dos sem terra, principalmente na relação com trabalhadores e lideranças eleitas, os movimentos mantêm firme o propósito de questionamento e contestação à concentração fundiária no Brasil, configurando nas ocupações de terras improdutivas sua principal forma de luta (OLIVEIRA, 2007).

O Brasil vem enfrentando mais de cinco séculos de latifúndio, de luta pela terra e de formação camponesa. As lutas camponesas sempre estiveram presentes na história do Brasil. Os conflitos sociais no campo não se restringem ao nosso tempo. As ocupações de terras realizadas pelos Movimentos das Ligas Camponesas (MLC), pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e por outros movimentos populares, são ações de resistência frente à intensificação da concentração fundiária e contra a exploração, que marcam uma luta histórica na busca contínua da conquista da terra e de trabalho, a fim de obter condições dignas de vida e uma sociedade justa.

1.3 Assentamentos Rurais

Assentamentos rurais pode ser compreendido como pequenas unidades de produção independentes entre si, geralmente instalados pelo INCRA (2015), comumente originados de uma grande propriedade de um único dono. Conforme Bergamasco & Norder (1996, p. 87) estudando os assentamentos no século XX, destacam que:

O termo *assentamento* apareceu, pela primeira vez, no vocabulário jurídico e sociológico, no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se disseminou para vários países. De modo geral, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de unidades agrícolas de produção, resultado de políticas governamentais implementadas com vistas a reordenar o uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.

Os objetivos fundamentais dos assentamentos rurais, de acordo com Guanzioli et al., (2008, p. 125):

Vão além da distribuição da terra, caracterizam-se pelo acesso a políticas de infraestrutura básica e agrícola, que permitam a implantação de um sistema produtivo viável, onde as famílias precisam dispor dos meios de produção propiciando a renda monetária e o autoconsumo, o acesso a benefícios sociais, que promovam a justiça social e a cidadania.

De acordo com o conceito governamental, conforme a Portaria nº 80/2002 do MDA, o assentamento rural é uma unidade territorial obtida pelo Programa de Reforma Agrária do governo federal, ou em parceria com estados ou municípios, por desapropriação, arrecadação de terras públicas, aquisição direta, doação, reversão ao patrimônio público ou por financiamento de créditos fundiários, para receber em etapas, indivíduos selecionados pelos programas de acesso a terra (BRASIL, 2002).

Os assentamentos rurais surgem da luta dos trabalhadores rurais sem terra pela terra instrumento de trabalho e sobrevivência. BERGAMASCO e NORDER (1996) ainda discorrem sobre a definição de assentamento rural, sendo “[...] criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra” (p. 7).

Estas pequenas propriedades de terras são chamadas de glebas ou lotes, a qualidades destes lotes vai variar da capacidade da terra de comportar e amparar as famílias as quais iram possuir estas glebas, o tamanho de cada um deles será determinado de acordo com a geografia do terreno pelas condições produtivas que o local oferece (INCRA, 2015). A dinâmica dos assentamentos, mesmo com todas as limitações às quais possuem, permite criar novas estruturas como também novas formas da produção familiar rural. Os assentamentos rurais trazem algumas opções econômicas e sociais para os assentados os quais habita os lotes.

Os assentamentos surgem, na maioria, em decorrência da pressão dessa categoria, e não de uma deliberada política de desenvolvimento, voltada para o atendimento da demanda da população rural, em razão de que não é suficientemente preciso o termo assentamentos de reforma agrária (CARVALHO, 2005). Esta expressão usual pode induzir, seja por desconhecimento seja por simplificação, a uma tendência de homogeneizar um universo altamente diversificado e heterogêneo.

O assentamento rural é estudado enquanto um espaço de relações sociais em que as características heterogêneas individuais, homogeneizadas no processo de luta pela terra, ressurgem em bases novas. Assim, o processo de territorialização da luta pela terra promove uma homogeneidade dos indivíduos em uma meta comum, a reforma agrária. E isto é um fator que marca a identidade simbólica do movimento social (ZIMMERMANN, 1994).

Para Herédia et al. (2003), o acesso a terra permite às famílias que foram beneficiárias, maior estabilidade e rearranjos na vida familiar, que permite uma melhoria dos rendimentos e de sua condição de vida, principalmente, quando se considera a situação de pobreza e exclusão social. Os assentamentos decorreu com as desapropriação dos grandes latifúndios, a fim da reforma agrária, para serem redistribuídos para os assentados que não possuem terras, residir e ainda trabalhar nas terras com a agricultura familiar, sendo assim, os lotes, além de ter uma função social contribuem para a renda das famílias assentadas.

Segundo Leite et al. (2004), a maioria dos assentamentos rurais do país surgiu de desapropriações, movidas por conflitos e influenciadas pelos movimentos sociais. Portanto, o início dos assentamentos são resultados de diversas formas de luta pela terra, como: ocupações massivas, públicas e paulatinas de terras, realizadas por pequenos grupos e de forma silenciosa; resistência pela terra, empreendida por parceiros arrendatários e posseiros que permanecem na terra onde trabalhavam ou moravam; e mista, resultante da combinação das formas anteriores.

Os assentamentos são obtidos através de muita luta dos movimentos sociais. No entanto, esta conquista vem atrelados com mais lutas, pois os trabalhadores destes assentamentos iram passar a buscar resoluções de novos problemas os quais se deparam, como: “[...] o difícil acesso aos instrumentos de política agrícola, a baixa fertilidade em boa parte das áreas, a falta de assistência técnica, o descaso estatal para com o sistema de saúde, transporte, eletrificação rural e educação” (BERGAMASCO & NORDER, 1996, p. 80). Portanto, só a terra por si só não é suficiente, é mais que necessário que o Estado se preocupe com esta parcela de trabalhadores rurais, para que estes munidos da terra e de condições favoráveis possam sobreviver no campo brasileiro.

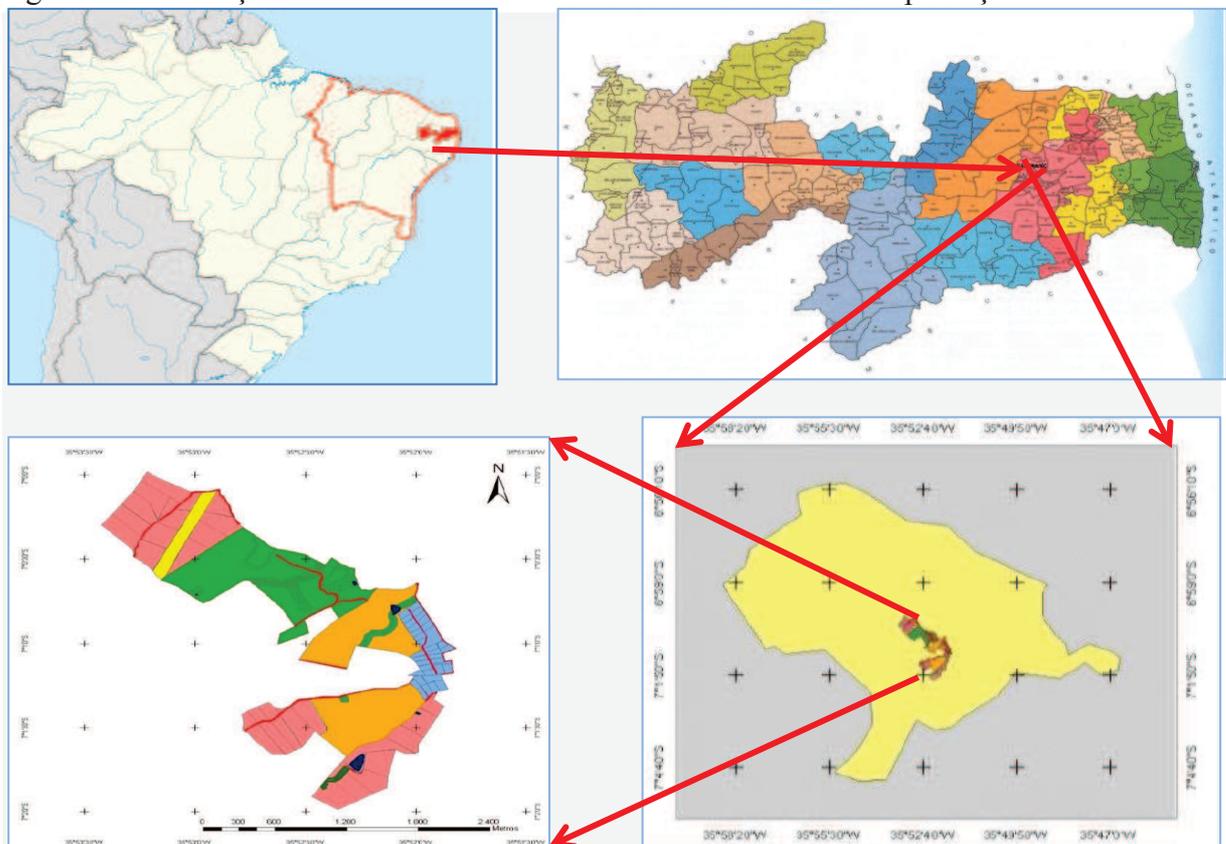
Dessa maneira, um assentamento rural se constitui numa área que recebe investimentos a partir de políticas sociais desenvolvidas pelo Estado. Assim, o Estado passa a ser o principal articulador não somente no processo de implantação dos projetos de assentamentos, mas, sobretudo, o definidor de políticas de produção para essas novas áreas. Em contrapartida, existem inúmeros assentamentos que não conseguiram garantir estas condições, por falta de organização, de políticas públicas, solo inadequado para agricultura, ou ainda pela localização em que se encontram geograficamente.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: aspectos locacionais e físicos

2.1 Localização Geográfica

Esperança está localizada no Estado da Paraíba, na Mesorregião do Brejo Paraibano Paraibano, situado na Microrregião de Esperança, inserido em terras correspondente ao Planalto da Borborema, que está entre as Coordenadas Geográficas $6^{\circ} 56' 26''$ e $7^{\circ} 08' 06''$ S e $35^{\circ} 46' 58''$ e $35^{\circ} 59' 38''$ W, situando-se a uma altitude que varia entre 500 a 750 metros, no qual se encontra o Assentamento Cícero Romana I A extensão territorial do assentamento é de 2.001 há (PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTO- PDA, 2013).

Figura 1: Localização do Assentamento Rural Cícero Romana I em Esperança-PB



Fonte: Adaptado de Pereira et al., 2013.

2.2 Aspectos Físicos

Segundo a CPRM (2005) o Assentamento Cícero Romana I como o município de Esperança, está inserido na unidade geoambiental do Planalto da Borborema, formada por maciços e outeiros altos. O relevo é geralmente movimentado, com vales profundos e estreitos dissecados.

A vegetação desta unidade é formada por Florestas Subcaducifólica e Caducifólica, próprias das áreas agrestes. De acordo com a classificação de Köppen, o clima da Microrregião do Assentamento Rural Cícero Romana I em Esperança-PB é do tipo BSh (semiárido quente), com chuvas de verão seco. É uma área de transição para regiões mais secas do interior do Planalto da Borborema, com precipitação predominantemente de 800 mm/ano, temperatura entre 20 a 30° C (PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTO- PDA, 2010).

Em conformidade com a CPRM (2005), o Serviço Geológico do Brasil também discorre que a fertilidade dos solos é bastante variada, com certa predominância de média para alta. A área da unidade é recortada por rios temporários e ora perenes, porém de pequena vazão e o potencial de água subterrânea é baixo (CPRM, 2005). Ocorrem ainda afloramentos de rochas.

3 LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DO ASSENTAMENTO CÍCERO ROMANA I NO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA - PB

3.1 Processo Histórico e Populacional

Ao introduzir-se nas reflexões sobre o Assentamento Cícero Romana I foi necessário destacar a evolução histórica e populacional a atual condição que as famílias assentadas vivenciam na sua relação com a terra, através da expressão oral dos assentados desta localidade.

Quanto ao processo de evolução histórica, de acordo com Pereira et al. (2014), o Assentamento Cícero Romana I surgiu com a desapropriação dos Sítios Lagoa do Sapo, Lagoa das Cinzas, Junco e Timbaúba. (As terras eram uma herança de Cícero Pedro de Almeida, que após vim a óbito, suas terras foram divididas para com os agricultores que há muitos anos trabalhavam nas terras (PDA, 2010). Conforme o PDA (2010) apud Pereira et al. (2014, p.4):

O processo de desapropriação aconteceu a partir do ano de 2000, onde os moradores já viviam na área exercendo atividades como meeiros, posseiros, etc., solicitaram junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que fosse feita vistoria da área, após a morte do proprietário, visto que os herdeiros começaram a colocar impedimento, junto aos moradores da fazenda, no sentido de dificultar que os mesmos desenvolvessem atividades agropecuárias de qualquer natureza, o que dificultava a permanência das famílias nessa área.

O processo de desapropriação do imóvel ocorreu de forma pacífica, de acordo com informações dos próprios assentados. Em conformidade com dados levantados na área do assentamento pode-se constatar que residem atualmente 52 famílias, sendo que 35 moram na agrovila em um conjunto de casas agrupadas, onde seus lotes de plantio podem distar até 5 km e 17 famílias têm suas residências nos seus respectivos lotes de plantio (PEREIRA et al., 2014).

Quando questionados sobre a história da ocupação do assentamento, todos relatam que conhece a história dessas terras e afirmam que as famílias trabalhavam para o antigo dono das fazendas o Sr. Cícero Pedro de Almeida (já falecido). Os assentados alegam que depois de sua morte os filhos do Sr. Cícero queriam retomar a terra, em vista disso, mesmos não puderam mais assumir a posse das terras devidas esta se encontra em processo de criação do atual assentamento, por consequência os assentados solicitaram que o INCRA fosse fazer uma vistoria na área como área de Projeto de Reforma Agrária, e assim aconteceu a institucionalização.

Ainda segundo os assentados, mesmo com os herdeiros da terra questionando a posse, o processo de desapropriação foi feita de forma pacífica. De acordo com o levantamento demográfico realizado *in loco* (2017), a população do Assentamento Cícero Romana I foi estimada em 52 famílias, sendo que deste total, 35 residem numa área denominada Agrovila, na qual os pequenos agricultores desenvolvem suas atividades agrícolas.

Na atualidade, o Assentamento vem sofrendo um processo de transformação populacional, tanto por meio do êxodo rural, causado principalmente pela migração dos moradores para outras partes do próprio município de Esperança, como a sede e também para outros municípios e estados do país, motivados quase sempre pela falta de oportunidade de emprego e renda no referido lugar.

A economia do assentamento é constituído por uma produção tipicamente rural, que vivem basicamente das produções agrícolas de subsistência. No assentamento, são produzidos alguns subsídios como: milho, feijão, batata doce, melancia, mandioca, além de legumes e verduras, principalmente a batatinha inglesa, que tem são cultivadas nas terras férteis da localidade.

O Assentamento Cícero Romana I, não possui escola, as crianças precisam se deslocar do assentamento para a cidade de Esperança em busca de frequentar a escola, no entanto eles contam com um ônibus escolar disponibilizado pela Prefeitura Municipal.

3.2 Perfil Socioeconômico e Cultural

A tese mais importante considerada e tratada nesta parte da pesquisa segue uma direção pelo resgate da organização socioeconômica e, especialmente, pela relação dos assentados com a ocupação deste território, tanto do ponto de vista populacional, nível educacional, renda e produção agrícola, quanto ao sentido da compreensão que os assentados têm dessa ligação - da terra ao assentamento.

A expressão usual dos assentados de uma área de assentamento rural pode causar, seja por desconhecimento seja por simplificação cultural destes atores, a uma propensão de homogeneizar um sistema altamente diversificado e heterogêneo, por meio de um conjunto de medidas, de seu dever de assegurar o acesso a direitos básicos por meio do INCRA como infraestrutura, educação, saúde, saneamento, energia, água entre outros (MELO, 2011). De acordo com Zimmermann (1994), o processo da luta pela terra origina uma homogeneidade dos sem terra em uma meta comum, a Reforma Agrária. E isto é um fator que sela a identidade simbólica do Movimento Social dos Trabalhadores Sem Terra no Brasil.

Na percepção dos assentados entrevistados, através dos questionários aplicados, os mesmos afirmaram que a qualidade de vida de qualquer assentado independente de encontrar-se na esfera municipal, estadual ou federal, devendo haver para a melhoria destas parcerias institucionais mais concretas na busca de articular um conjunto diverso de benfeitorias para os assentados.

No entanto, quanto questionados sobre as ações na área da educação, célula familiar, forma de trabalho, processo agrícola, produção e comercialização dos produtos entre outros, 100% dos entrevistados afirmaram que:

- A educação deve está sob a responsabilidade do governo municipal e/ou estadual;
- A saúde deve está sob a responsabilidade do poder municipal;
- Estadas de acesso ao assentamento devem está sob a responsabilidade do governo municipal e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária);
- Produção, comercialização dos produtos agrícolas e melhorias na terra devem está sob a responsabilidade do governo municipal, estadual e INCRA.

A consolidação da construção de moradias no Assentamento Cícero Romana I passou a ser uma das principais prioridades do INCRA-PB no Compartimento da Borborema, mais especificamente no município de Esperança, para fortalecer e fixar a população no meio rural, como o *locus* privilegiado de um território conquistado, mesmo.

O mesmo possui uma área de 2.001 ha, no qual foram divididas em 52 lotes, no qual residem 52 famílias de sem terra que nela viviam e trabalhavam o que corresponde a 96%, enquanto 4% são oriundos do município de Areia, o qual foi instituído com a desapropriação das propriedades Lagoa do Sapo, Lagoa das Cinzas, Junco e Timbaúba, no ano de 2000.

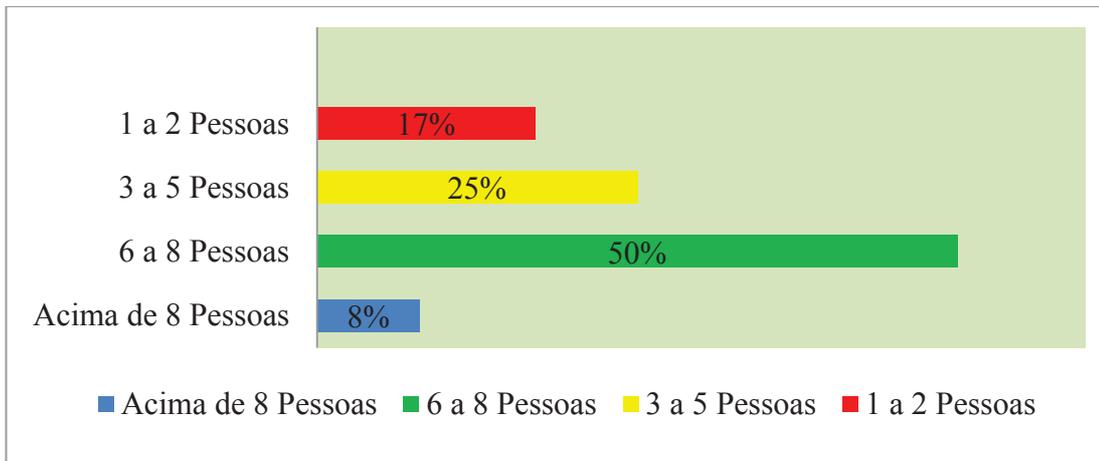
Atualmente, o assentamento possui uma população de aproximadamente 478 habitantes, 42% desta população é masculina e 58% feminina; apresentando assim, uma densidade demográfica de aproximadamente 23,9 hab./km². A taxa de crescimento demográfico no Assentamento Cícero Romana I é resultante quase que exclusivamente dos trabalhadores sem terra do município de Esperança, em busca de trabalho e sobrevivência junto aos familiares.

A população do assentamento apresenta faixa etária bem distinta, variando de 21 a 70 anos, sendo assim, apresenta uma média de idade de 50 anos. Quando ao estado civil dos assentados, na pesquisa realizada foi constatada que 92% da população é casada ou vive maritalmente, e apenas 8% encontra-se solteiros. Estes dados demonstram o alto grau de pessoas com união estável.

Já em relação ao nível de escolaridade, há um elevado número de pessoas analfabetas e/ou com ensino fundamental incompleto, o que comprova a dificuldade no acesso à educação por parte dos assentados. Apenas alguns sabem apenas escrever o seu próprio nome e outros ler e escrever razoavelmente, 58% dos assentados não é alfabetizado; 42% possuem ensino fundamental incompleto. Muito cedo os assentados iniciam o trabalho no campo para ajudar no sustento da família e não dispõem de tempo para frequentar a escola.

Esta pesquisa foi realizada com os chefes de família que residem no assentamento, no qual foram questionados sobre o tamanho médio de suas famílias. Esta consistiu de quatro intervalos de pessoas: I) 1 a 2 pessoas (famílias relativamente pequenas); II) 3 a 5 pessoas (famílias médias); III) 6 a 8 pessoas (famílias seminumerosas); IV) Acima de 8 pessoas (famílias numerosas). Assim, esse índice indica que a média apresentada é de 5 a 8 pessoas/lotes. Mas em alguns lotes encontram-se núcleos familiares com apenas 1 a 2 pessoas, enquanto que em outros com mais de 8. Esses números são muito instáveis, como pode ser observado através do Gráfico 1.

Gráfico 1: Tamanho médio das famílias



Fonte: Pesquisa direta, 2017.

A partir das constatações levantadas, foi questionado aos entrevistados, se eles fizeram parte da criação do Assentamento Cícero Romana I desde o início da conquista do território. Das 52 famílias residentes no assentamento, 92% responderam que sim, pois estas já moravam na localidade, ao passo que 8% chegaram ao assentamento após a legalização, vindas do município de Areia, que se deu com base no Auto de Imissão de Posse no ano de 2000, época em que este já se encontrava sob a responsabilidade do INCRA como Projeto de Reforma Agrária.

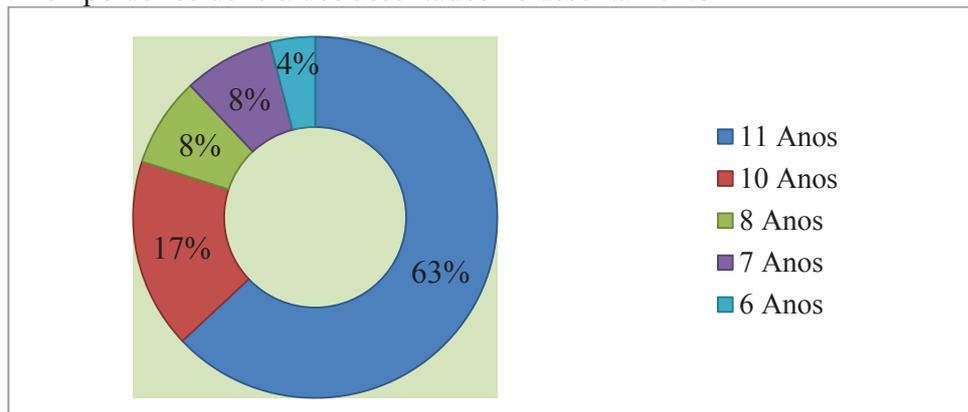
Em termos de moradia, 100% das casas são de alvenaria, cobertas com telhas de cerâmica e piso de cimento queimado. Todas as casas construídas foram definidas pelo o

INCRA tendo como tamanho médio de cada residência, com cômodos de quatro compartimentos destinados a um quarto, uma sala, uma cozinha e um banheiro acoplado à moradia, podendo ser ampliada pelas famílias assentadas de acordo com as suas necessidades, não sendo mais responsabilidade do INCRA pela ampliação de forma individualizada.

Para que essas casas fossem construídas, foi necessário o desmembramento e previamente a demarcação exata dos 52 lotes. Essas residências estão situadas em um ha no interior de cada lote, reservado à construção de casas, bem como a formação de currais, baias, chiqueiros, que pode ser aproveitado também para se cultivar pequenas lavouras, ao redor da área construída.

Diante do exposto, constatou por intermédio da pesquisa de campo, que 41 destes entrevistados moram na área a mais de 8 anos, representando 68,4%, enquanto que, apenas 1 reside a mais de 45 anos, significando 1,6% dos entrevistados com maior tempo de residência no local, e os 30% restantes pode ser observados com base no Gráfico 2.

Gráfico 2: Tempo de residência dos assentados no assentamento



Fonte: Pesquisa direta, 2017.

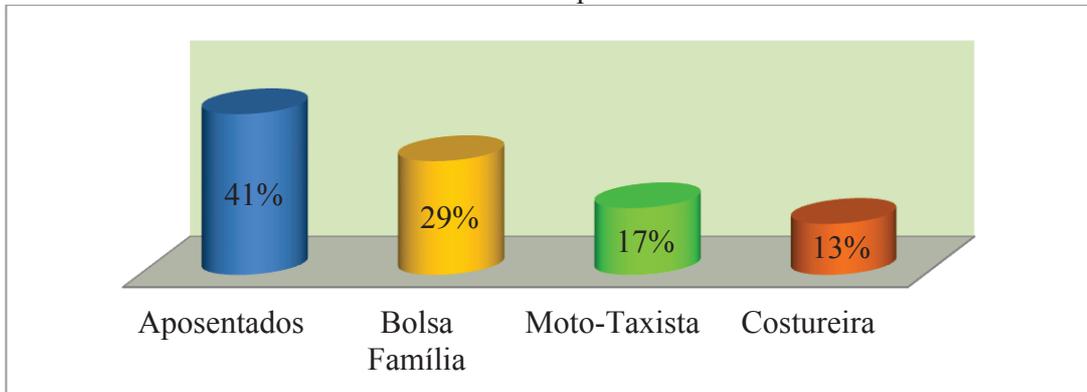
Como foi mostrado no acima, grande parte da população reside no assentamento desde a desapropriação e indenização dos Sítios Lagoa do Sapo, Lagoa das Cinzas, Junco e Timbaúba. Portanto, pode-se dizer segundo a pesquisa realizada que, 87% dos entrevistados fizeram parte da ocupação do assentamento e os outros 13% passaram a morar no assentamento depois de sua invasão, ocupação e criação do assentamento. As 52 famílias atualmente residentes, afirmaram que aguardam serem beneficiados por algum tipo de projeto ou programa do Governo Federal que contemple a ampliação destas moradias, pela razão de depender dos próprios recursos os objetivos não serão alcançados.

A força de trabalho efetiva do assentamento que são os responsáveis diretos pela atividade produtiva do assentamento e de seus lotes é constituída pelo trabalho dos pais e filhos. No contexto apresentado evidencia-se, que a participação da mulher como um

componente da força de trabalho é de grande importância no potencial de serviço trabalhado na agropecuária, além da atividade doméstica que elas executam no seu cotidiano, como uma força de trabalho, nas lidas domésticas, contribuindo diretamente na produtividade necessária para a efetiva atividade familiar.

Os assentados entrevistados, 100% destes, asseguraram que sempre trabalharam na agricultura, sob formas diversas como meeiros, boia fria, arrendatários, caseiros entre outros, e atualmente como posseiro das terras produzem culturas anuais de subsistência, e no ano em que o inverno é bom comercializam o excedente da produção. Estes relataram que desenvolvem atividades agrícolas, no entanto apenas 29% dizem que esta atividade representada a sua renda mensal total, enquanto 71% certificam que essas apresentam certa disparidade de atividades, como pode ser observado através do Gráfico 3.

Gráfico 3: Outras fontes de renda desenvolvidas pelos assentados



Fonte: Pesquisa direta, 2017.

De acordo com o INCRA (2001), os assentamentos rurais têm como objetivo promover o Desenvolvimento Sustentável Rural (DSR), a viabilidade econômica e a justiça social, bem como promover a recuperação e consolidação dos Projetos da Reforma agrária. No entanto, quando se fala sobre nas atividades que o INCRA desenvolve no Assentamento Cícero Romana I, 92% assentados relatam que o órgão não desempenha nem uma atividade ou ajuda, enquanto 8% afirmaram que o mesmo desenvolve algumas técnicas agrícolas para ajudar com as plantações. Por consequência percebeu-se que houve uma divergência de informações quanto à atuação do INCRA na área estudada.

Foi questionado aos assentados como eles avaliam as terras ocupadas para as práticas agrícolas. Por unanimidade foi relatado que as terras não têm muita qualidade, já que é necessário iniciar a plantação com os próprios recursos financeiros e técnicos por parte dos assentados, como compra de sementes, melhoramento no solo, aplicações de adubos e outros corretivos para o mesmo. Se analisarmos o questionamento acima, dos 8% que disseram que o

INCRA propagam técnicas agrícolas e ajudam nos insumos agrícolas se contradizem, não conhecendo a realidade dos fatos locais.

Quando questionados se conhece algum assentado que deseja sair ou se o mesmo deseja sair do assentamento, 96% informaram que não conhece, e não tem interesse de sair, e apenas 4% disseram que conhece pessoas que saiu do assentamento há muito tempo e que quando isso ocorreu foram colocadas outras pessoas pra ocupar os lotes que havia sido desocupado.

No Assentamento Cícero Romana I o INCRA decidiu pelo modelo de núcleo de agrupamentos de casas (lotes individuais), agregados a uma agrovila, propondo que as áreas de uso coletivo estivessem no centro dos lotes onde se encontram as residências. Esperava-se que tal estrutura territorial facilitaria o desenvolvimento socioeconômico e as relações sociais entre os assentados, sem prejudicar a privacidade dos que se encontram na área.

Com base neste modelo, em termos de moradia, pode-se dizer que cada casa está situada em um lote de 1 ha destinado as residências familiares, instaladas com currais de gado, estábulo para cavalos, chiqueiros para galinhas e porcos, além de ser utilizado em períodos chuvosos também para se cultivar pequenas lavouras.

Finalizando, foi questionado aos entrevistados se os mesmos possuem algum tipo de documento da posse da terra. Todos alegaram ter o Título de Concessão de Uso, que este documento foi concedido pelo INCRA quando estes passaram a serem assentados no ano de 2000, com a regularização da área como território de Projeto de Reforma Agrária do Movimento Social dos Sem Terra. De acordo com o INCRA (2014), o Título de Concessão de Uso transfere o imóvel rural ao beneficiário da Reforma Agrária em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso à terra, aos créditos disponibilizados pelo INCRA e a outros programas do Governo Federal, enquanto este esteja no assentamento na forma de posseiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste foi realizado um levantamento histórico e socioeconômico dos assentados, cuja finalidade foi buscar melhor conhecer a realidade da população que habita este território. Com a realização desta pesquisa foi possível obter várias informações relevantes, uma das informações mais importantes foi que o INCRA não cumpre totalmente o seu papel em quanto Órgão Regulador.

Ao introduzir-se nas reflexões sobre o Assentamento Cícero Romana I foi necessário destacar a evolução histórica e populacional a atual condição que as famílias assentadas vivenciam na sua relação com a terra, através da expressão oral dos assentados desta localidade.

A tese mais importante considerada e tratada nesta parte da pesquisa segue uma direção pelo resgate da organização socioeconômica e, especialmente, pela relação dos assentados com a ocupação deste território, tanto do ponto de vista populacional, nível educacional, renda e produção agrícola, quanto ao sentido da compreensão que os assentados têm dessa ligação - da terra ao assentamento.

Tendo em vista que os assentados necessitam de escola no próprio assentamento, pois maioria da população é analfabeta, e as crianças que residem necessitam se descolar até a cidade para que assim possam ter acesso às escolas. Como também é preciso ser feito algo para a educação dos adultos que não são alfabetizados, acredita-se que seria de suma importância a implantação de EJA, para assim incentivar os adultos a frequentar as escolas.

Além dos problemas de educação também foi percebido que o INCRA não cumpre seu papel propriamente dito, pois é preciso que o INCRA elabore projetos e desenvolva trabalhos com a comunidade do assentamento, para que assim o mesmo possa evoluir e se manter economicamente com base na agricultura de subsistência.

Ainda relatando a responsabilidade do INCRA, o mesmo precisa entregar os títulos de domínio aos assentados, pois devido aos dezesseis anos passados após a ocupação da terra e seis anos passados após o prazo determinado pelo próprio órgão para entrega do documento da Auto de Imissão de Posse da Terra os mesmos já deveriam terem sido emitidos. É importante destacar que ainda há muito por se fazer em relação à Reforma Agrária na área alvo deste estudo, seja em termos de reapropriação, reorganização do assentamento, seja em relação à qualidade da infraestrutura disponível às famílias já assentadas.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. E. D. A. *Estudo de Caso em Pesquisa e Avaliação Educacional*. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
- ARANHA, M. L. A. *Temas de Filosofia*. São Paulo: Moderna, 1992.
- ATAÍDE JUNIOR, W. R. *Os Direitos Humanos e a Questão Agrária no Brasil: a situação do Sudeste do Pará*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.
- BERGAMASCO, S. M. e NORDER, L. A. C. *O Que São Assentamentos Rurais*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BERTOLINI, V. A. & CARNEIRO, F. F. Considerações sobre o Planejamento Espacial e a Organização da Moradia dos Assentamentos de Reforma Agrária no DF e Entorno. *Revista Libertas*. V. 3. Juiz de Fora-MG: Libertas, 2007.
- BRASIL. *Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências*. Disponível: www.planalto.gov.br/legislacao. Acesso: 11/11/ 2016.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Portaria n° 80/2002*. Brasil/MDA, 2002. Disponível; https://www.planalto.gov.br/ccivil_ portaria _ n° 80/2002.htm>. Acesso: 2/11/ 2016.
- CALDERÓN, F; JELIN, E. Classes Sociais e Movimentos Sociais na América Latina – perspectiva e realidade. In.: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. N°5, 67-85. São Paulo: 1987.
- CARVALHO, H. M. *O Campesinato no Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CPRM. *Serviço Geológico do Brasil*. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Esperança-PB. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.
- DAVID, C. Agricultura Familiar em Assentamentos Rurais: contribuições à dinâmica regional do sul do Estado do Rio Grande do Sul. In: MARAFON, G. J.; PESSÔA, V. L. S. (Orgs.). *Agricultura, Desenvolvimento e Transformações Socioespaciais*. v. 1, 1 ed. Uberlândia: Assis Editora, 2008.
- FERNANDES, B. M. *Questão Agrária, Pesquisa e MST*: São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FURTADO, C. *O Capitalismo Global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- FRANÇA, C. G.; SPAROVEK, G. Assentamentos em Debate. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural*. Brasília: NEAD, 2005.

- GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A. D. e BITTENCOURT, G. *Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- GOHN, M. G. *Movimentos e Lutas Sociais na História do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1995.
- HERÉDIA, B. A. et al. Os Impactos Regionais da Reforma Agrária: um estudo sobre áreas selecionadas. *Lusotopie*. Rio de Janeiro, 2003.
- INCRA-PB. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Diagnóstico de Projetos de Assentamento – Programação Operacional*. Superintendência Regional da Paraíba – SR/18PB. João Pessoa: INCRA, 2008.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Assentamentos*. Disponível: Acesso: 01/10/2016.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível: incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/reformaagraria. Acesso: 10/03/2017.
- LEITE, S. et al. *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- LÓPEZ, M. La función social de la propiedad y la quimera de los agronegocios en Guatemala — una posibilidad en el corazón de la globalización neoliberal. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo, Expressão Popular, 2008, p. 107–37.
- MARX, K. O Capital. *Coleção os Economistas*. V.1, Nº 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MELO, A. C. Análise Físico Ambiental do Assentamento Patativa do Assaré. *Tese de Doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais. Centro de Tecnologia e Recursos Naturais. Campina Grande: UFGC, 2011.
- MIRALHA, W. *Questão Agrária Brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje*. In.: *Revista Nera* – Ano 9, N. 8 – janeiro/junho de 2006. ISSN 1806-6755. São Paulo: NERA, 2006.
- OLIVEIRA, A. U. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH: Labur Edições, 2007
- OLIVEIRA, E. M. *Cercas da Reforma Agrária: sonhos, conflitos e contradições Assentamento Rio das Pedras*. Uberlândia-MG: UFMG, 2007.
- OLIVEIRA, J. L. S. *Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil*. In: *Terra Livre*. Ano 19, Vol. 2, Nº. 21. São Paulo, jul/dez, 2003.
- PDA. *Plano de Desenvolvimento de Assentamento*. BRASIL/MIN. Brasília-DF: PDA, 2010.
- PEREIRA, T. M. S.; SILVA, J. B.; SILVA FILHO, A. P. C. As Dinâmicas Rurais no Contexto do Desenvolvimento: estudo de caso do Assentamento Cícero Romana I – Paraíba. *Revista de Geográfica Acadêmica*. V.8, n.2. UFRR: Roraima, 2014.
- ZIMMERMANN, N. de C. Os Desafios da Organização Interna de um Assentamento Rural. In: MEDEIROS, L. S. et al. *Assentamentos Rurais: uma visão interdisciplinar*. São Paulo-SP: UNESP, 1994.



Universidade Estadual da Paraíba
 Centro de Educação
 Departamento de Geografia
 Curso de Licenciatura Plena em Geografia

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ASSENTADOS DO ASSENTAMENTO
 CÍCERO ROMANA I NO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA - PB**

- 1) Sexo: M F / 2) Idade: _____ / 3) Naturalidade: _____
- 4) Tempo que reside no assentamento: _____
- 5) Grau de instrução do entrevistado: analfabeto; ensino fundamental incompleto; ensino fundamental completo; ensino médio incompleto; ensino médio completo; ensino superior incompleto; ensino superior completo
- 6) É casado (a)? sim não
- 7) Conhece a história de ocupação da área? sim não - Se sim, como ocorreu? _____
- 8) Fez parte do acampamento e ocupação da área desde o início do MST? sim não
- 9) Você já foi: boia fria; arrendatário; meeiro; vaqueiro; caseiro de fazenda; não tinha outra ocupação; outro _____
- 10) Tamanho médio da família morando em casa? 1-2 pessoas; 3-5 pessoas; 6-8 pessoas; acima de 8 pessoas
- 11) Você desenvolve algum tipo de agricultura? sim não - Se sim, quantos por cento (%) representa na sua renda mensal? _____
- 12) Desempenha alguma outra atividade remunerada fora do assentamento? sim não - Se sim, qual tipo de atividade e qual a renda adquirida? _____
- 13) O Estado e o INCRA vem desenvolvendo algum tipo de assistência às famílias assentadas? sim não - Qual tipo? _____ Como? _____
- 14) Como você avalia a qualidade da terra doada no assentamento para uso da agricultura?

- 15) Você tem conhecimento que algum assentado tem vontade de sair do assentamento para morar na cidade?
- 16) Que documentos fundiários possuem do lote de terra, como título de posse da terra?
